motricidade. O que é Psicomotricidade, 2020. Disponível em: http://www.Psicomotricidade.com.br. Acesso em: 20 jun. 2022.

ALVES, F. Psicomotricidade: corpo, ação e emoção. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

ARAÚJO, G. S. A; SILVA, R. E. As contribuições da Psicomotricidade na Educação Infantil. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2013.

BRITES, C. Aspectos Biológicos e Neurológicos da Linguagem escrita. In: SEABRA, A. Alfabetização: da Ciência Cognitiva à Prática Escolar. Neurosaber, Congresso de Alfabetização da Ciência Cognitiva a Prática Escolar, 2021.2q

DE MEUR, A.; STAES, L. Psicomotricidade: educação e reeducação. São Paulo: Manole, 1989.

GALLAHUE, D. L; OZMUN J. C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

FONSECA, V. Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KOLB, B.; WHISHAW, I. Q. Neuropsicologia humana, 7. ed., Buenos Aires: Médica Panamericana, 2017. Disponível em: http://www.worldcat.org/title/neuropsicologiahumana/oclc/978538247. Acesso em: 15 jun. 2022.

LEANDRO, L. E. F. A Psicomotricidade no processo de alfabetização. Construir Notícias, ano 15, n.89, jun./ago. p. 55-62, 2016.

LE BOULCH, J. Educação Psicomotora: psicocinética na idade certa, Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LERNER, R.; SANTOS, D. D. dos e PORTO, J. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem, 2016. Disponível em: http//researchate.net. Acesso em: 3 jul. 2022.

BUENO, J. M. Psicomotricidade: teoria e prática, São Paulo: Martins Fontes, 2018.

LOVISARO, M. O que é Psicomotricidade. Disponível em: http//psicomotricidade.com.br./sobre/o-que-e-psicomotricidade. Acesso em: 03 jun. 2022.

MORAES, S.; MALUF, M. F. de M. Psicomotricidade no contexto da Neuro aprendizagem: contribuições à ação Psicopedagógica. Psicopedagogia, v. 32, p. 84-92, 2015.

NEGRINE, A. Aprendizagem e desenvolvimento infantil: psicomotricidade: alternativas pedagógicas. Porto Alegre: PRODIL, 1995.

NEUROSABER, Instituto NeuroSaber. Psicomotricidade na Educação Infantil. 2018. Disponível em: http://institutoneurosaber.com.br. Acesso em: 3 jul. 2022.

OLIVEIRA, G. de C. Psicomotricidade: Educação e Reeducação num enfoque Psicopedagógico, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

REIS, A. L. dos et al. Neurociência e a Educação como nosso cérebro aprende? III Curso de Atualização de Professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Ouro Preto, Minas Gerais, 2016. Disponível em: http://www.docero.com.br. Acesso em: 19 jun. 2022.

ROSSI, F. S. Considerações sobre Psicomotricidade. Vozes Vales, n. 01, ano 1,

2012.Disponível em: http://ufvjmedu.br. Acesso em 17 jun. 2022

SACCHI, A. L.; METZNER, A. C. A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na Educação Infantil. Estudos Brasileiro Pedagógicos, jan./abr., 2019. Disponível em: http:// scielo.br/j/rbeped/a/3q5xPxKqTTRfvDwG6ZCBQKy/?lang=pt. Acesso em: 19 jun. 2022.

SCHUBERT, C. C. Brincadeira da Amarelinha. Foto do arquivo do autor, 2022.

SCHUBERT, C. C. Criança brincando no Parque. Foto do arquivo do autor, 2022.

O AUTISMO CAMINHANDO COM A LUDICIDADE

CLAUDIA LEONILDA FERNANDES TAINO

RESUMO

O artigo propõe refletir, discutir a inclusão de crianças com deficiências na área educacional, bem como a possibilidade de alfabetização de indivíduos autistas, alertando profissionais sobre a importância de práticas flexíveis e diferenciadas no desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças, oferecendo diferentes materiais e alternativas buscando atingir um mesmo objetivo: a alfabetização. Sabendo que a inclusão é um direito e representa um ganho tanto para aqueles que têm dificuldades como para os alunos que não apresentam dificuldade, proporcionando, por meio da diversidade a aprendizagem. A inserção de crianças com deficiências educacionais em sala de aula regular está cada vez mais constante no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Alfabetização. Autista. Inclusão. Aprendizagem.

ABSTRACT

The article proposes to reflect, discuss the inclusion of children with disabilities in the educational area, as well as the possibility of autistic individuals, alerting literacy professionals on the importance of flexible and differentiated practices in the development and learning of these children, offering different materials and seeking alternatives to achieve the same goal: literacy Knowing that the inclusion is a right and represents a gain for both those who have difficulties as to students who present no difficulty, providing, through the diversity learning. The inclusion of children with disabilities in regular education classroom this increasingly constant in everyday life.

Keywords: Literacy. Autistic. Inclusion. Learning.

INTRODUÇÃO

Atualmente, ouve-se falar muito sobre o autismo, sobre o qual ainda permanecem divergências e grandes questões ainda indecifráveis. Foi descrito pela primeira vez pelo médico Leo Kanner, e também austríaco Hans Asperger descreveu, em sua tese de doutorado, descrevendo crianças bastante semelhantes às descritas por Kanner. Apesar do grande número de pesquisas e investigações clínicas realizadas em diferentes áreas e abordagens de trabalho, não se pode dizer que o autismo é um transtorno claramente definido.

Há correntes teóricas que apontam o autismo como alterações comportamentais nos primeiros anos de vida normalmente até os três anos e que se caracteriza por alterações qualitativas na comunicação, na interação social e no uso da imaginação, como relevantes para definir o transtorno, mas hoje se tem fortes indicações de que o autismo seja um transtorno orgânico e não genético. Sabe-se que seu diagnóstico é feito por um profissional com formação médica.

O papel da escola é fazer o reconhecido no nível da educação, na elaboração de estratégias para que estes alunos com autismo consigam desenvolver capacidades para se integrar e interagir com as outras crianças ditas "normais". Já a família tem também um papel importante, já que é a responsável por dar atenção, os cuidados, amor e deverá zelar por toda uma vida.

É necessário dispensar algumas horas para que as crianças possam se sentir queridas e mostrar o que aprenderam. O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno.

O professor tem a responsabilidade a dar atenção especial e sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas. Deve-se entender que ensino é o principal objetivo do trabalho com crianças autistas. Ensinar coisas funcionais para a criança autista é a essência de um trabalho adequado e a persistência é um grande aliado deste objetivo.

INCLUSÃO DO ALUNO COM AUTISMO E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nos dias atuais é muito difícil abordar o tema inclusão do aluno com autismo, já que incluir é inserir o aluno em um contexto diferentemente do que está, por que esse aluno apresenta comportamentos estereotipados (movimentos repetitivos) tornando-se bizarros e diferentes diante da sociedade que despertam em si o temor e a desconfiança dos mesmos. O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto pedagógico da escola. Atividades com esse propósito se encaixam no dia-a-dia dos professores e alunos e tendem a dar resultados em longo prazo. (Cavalcanti, 2006, p. 164).

A proposta de educação inclusiva (Tratado da Guatemala, 1991; Declaração de Salamanca, 1994) declara que todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamento, preferencialmente sem defasagem idade- série.

A escola, segundo essa proposta, deverá adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares. Portanto, a educação inclusiva deverá ser posta em prática numa escola inclusiva que busque ações que favoreçam a integração e a opção por práticas heterogêneas.

Em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que preconiza o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, nas escolas regulares (BRASIL, 2008).

O Ministério da Educação programou a política de inclusão que pressupõe a reestruturação do sistema educacional, com o objetivo de tornar a escola um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultura, étnica, de gênero ou em razão de deficiências e características pessoais.

Nesse processo a escola é entendida como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas

diferenças.

Compreendemos que a inclusão escolar impõe uma escola em que todos estejam inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente desse processo, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para diferenciação que os excluirá das suas turmas.

A escola deve conhecer as características da criança e prover as acomodações físicas e curriculares necessárias; treinar os profissionais continuamente e busca de novas informações; buscar consultores para avaliar precisamente as crianças; preparar programas para atender a diferentes perfis visto que os autistas podem possuir diferentes estilos e potencialidades; ter professores cientes que ainda a avaliação da aprendizagem deve ser adaptada; educadores conscientes que para o autismo, conhecimento e habilidades possuem definições diferentes; analisar o ambiente e evitar situações que tenham impacto sobre os alunos, alterar o ambiente se for possível; a escola deverá prover todo o suporte físico e acadêmico para garantir a aprendizagem dos alunos incluídos; atividade física regular é indispensável para o trabalho motor; a inclusão não pode ser feita sem a presença de um facilitador e a tutoria deve ser individual; um tutor por aluno; a inclusão não elimina os apoios terapêuticos; necessidade de desenvolver um programa de educação paralelo à inclusão e nas classes inclusivas o aluno deve participar das atividades que ele tenha chance de sucesso, especialmente das atividades socializadoras; a escola deverá demonstrar sensibilidade às necessidades do indivíduo e habilidade para planejar com a família o que deve ser feito ou continuado em casa.

Apesar da Política Nacional de Educação Especial citada por Fróes (2007) não mencionar nada a respeito das necessidades no ambiente escolar, é possível dizer que a necessidade de recursos especializados citados anteriormente se faz presente no ambiente escolar para que os alunos com deficiência desenvolvam seu potencial nas escolas.

Em 2008, os alunos com deficiência são definidos, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva elaborada pela Secretaria de Educação Especial (Seesp), como aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (BRASIL, 2008).

Ao se comparar a definição de 'alunos com deficiência' abordada acima com a definição de 'deficiência' dada pela Convenção de Guatemala (1999) nota-se que ambas descrevem a deficiência como limitações físicas, sensoriais ou mentais que impedem ou restringem certas atividades do ser humano na participação da sociedade ou da escola.

Esses mesmos conceitos estão presentes em outros dois documentos. O primeiro é a Resolução n° 4 de 2009, que institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, já que neste documento são "alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial" (Art. 4, inciso I).

E o segundo é o Decreto n° 3.2984 que regulamenta a Lei n° 7.853/89 e define a deficiência como "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano" (Art. 2, inciso I).

De modo semelhante, a Organização Mundial de Saúde (OMS) por meio do Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, publicado em 1997 define deficiência como "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica". (OMS, 1997 apud Ferreira & Guimarães, 2003, p.25).

As mudanças no fazer pedagógico com relação às crianças com autismo foram possíveis a partir da problematização do próprio conceito de autismo empreendido pela abordagem interacionista de desenvolvimento e aprendizagem.

Essa problematização não se centrava na deficiência em si, mas nos contextos sociais de produção, manutenção e de reforçamento das inabilidades dos sujeitos com autismo, basicamente: não saber falar, não conseguir se comunicar, não interagir. Essa mudança de olhar não resolveu completamente o processo educacional desses sujeitos, mas alertou acadêmicos, pais, professores e profissionais em geral sobre alternativas nas mediações pedagógicas com autistas que, basicamente, se centravam em rotinas duramente estabelecidas a ponto de haver casos em que professores ministravam os mesmos conteúdos em todas as aulas da semana, exemplo, todas as aulas a história do Chapeuzinho Vermelho era narrada para esses alunos (Costa, 2007).

Ao contrário dessa massificação de conteúdos e rotinas, entendemos que a escolarização dos alunos com autismo perpassa experiências significativas de aprendizagem, que precisam ser descobertas e tecidas na interação professor e aluno, professor e alunos e alunos e aluno. É neste sentido que nossos olhares quanto às certezas sobre o sujeito com autismo começam a ser questionados: afinal, esses sujeitos realmente não se relacionam porque não querem ou porque não sabem? Até que ponto seus interesses são restritos por falta de experiências significantes?

A nota técnica n. 24/ 2013 (BRASIL, 2013) orienta os sistemas de ensino para a implementação da Lei Federal citada, para que estas crianças tenham o mesmo atendimento que as outras crianças da educação especial no atendimento educacional especializado (AEE), que deve estar articulado com o ensino comum e demais serviços da escola.

O AEE foi instituído pelo inciso 3º, do art. 208, da Constituição Federal/1988 e definido no §1º, art. 2º, do Decreto nº 7.611/2011, como conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à escolarização. (...) a função desse atendimento é identificar e eliminar as barreiras no processo de aprendizagem, visando à plena participação.

(...) O professor do AEE acompanha e avalia a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum e nos demais ambiente s da escola, considerando os desafios que estes vivenciam no ensino comum, os objetivos do ensino e as atividades propostas no currículo, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua aprendizagem (BRASIL, 2013, p. 5).

Frente às características apresentadas anteriormente da criança autista, na escola, a atuação dos profissionais é essencial, já que é neste ambiente em que muitas das vezes são identificados os casos do transtorno. Deve-se então utilizar o afeto e os estímulos característicos do aluno para orientá-lo ao aprendizado, visto que é o aluno quem mostra o caminho. Faz-se necessário observar as situações que ocasionam as atitudes prejudiciais, o contexto comportamental, já que elas fomentam o transtorno, limitando o aprendizado.

O aluno aprende. O aluno com transtorno do espectro autista aprende. Essas são as primeiras ideias que queremos enfatizar neste texto. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem escolar são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não imperativa; expressão imanente de nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (CUNHA, 2013, p. 17).

Para Vygotsky (2007) ocorre uma existência de relações dinâmicas altamente complexas entre os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Para o autor, o desenvolvimento do sujeito está relacionado à aprendizagem, que é essencial para promover o desenvolvimento: é como se a aprendizagem coordenasse o desenvolvimento para frente.

Esta aí a importância que Vygotsky dá à cultura, às experiências de vida do sujeito, à sua vivência nas relações dialógicas. Para o autor, o meio em que a criança vive e atua manifesta-se como um lugar carregado de significados, de ideologia, de história e de cultura, em que não cabe pensar a criança como um ser do futuro, alguém que ainda não é.

Desta forma, o aprendizado no sentido humano do termo "[...] pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam" (Vygotsky, 2007, p. 100).

Desse ponto de vista, aprendizado não é desenvolvimento, entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas (VIGOTSKI, 2007, p. 103).

Segundo Eugênio Cunha (2014), a abordagem mais utilizada com alunos autistas é a behaviorista, em razão a sua hegemonia, predominando a vertente que trabalha a mudança do comportamento por meio do condicionamento operante, utilizando o estímulo, reforço, extinção e expressões verbais. Os estudos de Skinner, psicólogo americano (1904-1990), apontam que o comportamento observável era provocado por forças externas por meio do resultado de punição, reforçamento ou extinção.

O indivíduo opera no ambiente e acabar modificando este e, por consequência, estas alterações retroagem sobre o sujeito, o que provoca modificações em seus padrões comportamentais, resultando em aprendizagens (Orrú, 2012). As primeiras pesquisas comportamentais com crianças autistas foram realizadas em laboratório por Ferster, em 1961, e Ferster e DeMyer em 1961 e 1962 Os pesquisadores explicitaram a aplicabilidade dos princípios de aprendizagem a estas crianças, conforme adequações ambientais que provocavam alterações no comportamento delas (Orrú, 2012).

De acordo com a abordagem comportamental, os procedimentos para o trabalho com autistas compreendem avaliação comportamental, treino de repertório de apoio, verbais e perceptivos motores, treino de interação social, redução de comportamentos estereotipados, ecolalia e aumento da atenção. Como procedimento, o treino do sujeito ocorre de acordo com a emissão de comportamentos exploratórios e adequados, sob instruções antecipadamente colocadas. O tratamento do autismo envolve um procedimento e estruturado de ensino-aprendizagem e um conjunto de terapias na área da saúde (Orrú, 2012).

Frente a algumas atividades a criança com deficiências educacionais, no caso o au-

tismo, certamente apresentará dificuldades em imaginar e compreender o que está sendo solicitado na tarefa, devido à característica de seu distúrbio. Porém, o profissional da educação poderá utilizar recursos de apoio e estratégias que auxiliam a compreensão do aluno.

A inclusão representa ganho para todos, tanto para aqueles que apresentam dificuldades como aqueles que não apresentam. A diversidade em sala de aula pode servir de aprendizado significativo para toda a vida, já que a convivência com crianças com dificuldades despertará nos demais alunos a consciência de que somos diferentes e que cada um tem uma maneira de aprender.

Por outro lado para essas crianças conviver em ambiente regular de ensino, proporciona a elas um estímulo para que acompanhem o ritmo dos outros, seja imitando seus gestos, fala, atitudes, deixando de lado certas estereotipias, ou a condenação de ter que conviver apenas com quem tem dificuldades, como era o caso das classes especiais Faz parte do debate sobre o desenvolvimento e aprendizagem de crianças autistas a interação entre a família, escola, terapeutas e médico.

O indivíduo conseguirá superar as dificuldades desde que a equipe de profissionais possa programar ações conjuntas, com sinergia e trocando informações. A matrícula e inclusão de crianças com deficiência é orientação presente e garantida no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, nº 9394/96, entretanto muitas instituições educacionais dificultam o cumprimento da Lei, alegando comprometimento no espaço físico inadequado e/ou ausência de recursos humanos e profissionais capacitados no atendimento desses alunos. É fato que apenas incluir e cumprir uma determinação legal não é suficiente para as crianças, as necessidades vão além de garantia de espaços, e sim de proporcionar uma qualidade de ensino ao aluno; de profissionais que se interessem pelo desafio de ensinar e sejam formados para isso.

A inclusão é uma realidade que assusta muitos profissionais da área educacional, por diversos motivos como: preconceito desprepara insegurança, dificuldade de interação com esse aluno. Enfim muitos são os desafios a serem superados. A tendência atual é de que temas relacionados à inclusão sejam contemplados pelos currículos para formação de professores, possibilitando ao aluno em formação um olhar sensível para cada aluno, percebendo-o com sujeito de possibilidades com capacidades, sentimentos, valores.

Cada criança tem sua individualidade e necessidade, muito diferente uma das outras. No desempenho da profissão docente estão presentes a identificação das dificuldades no processo ensino e aprendizagem, assim como o desenvolvimento de proposta para promover a aprendizagem de sucesso dos alunos. Tendo sempre presente que cada indivíduo é único e considerando que poderão levar um tempo maior para aprender.

Sobre isso Juhlin (2002) afirma que a criança autista aprende, porém exige esforço do educador e seu aprendizado será mais produtivo quando realizado de maneira direta, professor – aluno, podendo utilizar recursos visuais, gravuras, ilustrações, que facilita a compreensão do aluno e estimula a linguagem. Conforme afirmam C. Willians e B. Wright (2008), autores do livro Convivendo com autismo e Síndrome de Asperger, todas as crianças com autismo demonstram progressos e muito pode ser feito para ajudar essas crianças e familiares.

Sejam por meio de terapias, estímulos para desenvolvimento de aptidões sociais, incentivos na linguagem e comunicação. Interessante ressaltar a importância que os autores destacam na aquisição de conhecimento e informação daquelas pessoas que estão próximas no dia a dia do indivíduo autista. As pessoas precisam se aproximar do tema, estudar, adquirir subsídios para que estejam preparados para ajudar essas crianças. Criando estratégias preventivas que possibilitam a melhora do comportamento, da interação social, e aprendizagem como um todo.

Com a aquisição de novos valores e princípios, a sociedade se mostra cada vez mais presente em discursões sobre a importância da educação inclusiva, em decorrência disso, uma série de políticas públicas têm sido desenvolvidas para promover a inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Essa realidade é proveniente de mudanças significativas que vêm ocorrendo no âmbito da educação escolar que ressaltam a importância de adequar os ambientes educacionais às necessidades de crianças com deficiência.

A escola que antes excluía e rejeitava crianças com deficiência, agora se vê desafiada a prover um ensino de qualidade, criando metas para enfrentar e superar as dificuldades encontradas. De acordo com Rodriguez (2006) a exclusão é devida provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa. Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes – seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência de etnia etc.

A ideia feita da sociedade sobre o que é diferente faz com que o mesmo passe a excluir, isolar e banir, o que resulta na necessidade de identificar e criar programas para combater a exclusão, gerando assim um conceito contrário: a inclusão. Klein (2010) alega que a palavra "inclusão" tem sido utilizada como jargão na área educacional para marcar as práticas que gostaríamos que fossem

mais justas democráticas e solidárias para com o outro. O ato de incluir vai além da inserção, faz-se necessário tornar o indivíduo parte de um todo, para que o mesmo não seja rotulado e excluído por apresentar comportamentos e características diferenciadas. Já o ensino que possibilita educar de forma inclusiva para as diversidades, segundo Melo, Lira e Facion (2008, p.65):

[...] impõe a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discursões e embates entre diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo) em que seja possível refletir sobre que escola quer construir e que indivíduo pretendeu formar. Podemos entender que para acontecer a inclusão de fato, os sistemas de ensino devem criar escolas e capacitar professores e funcionários, para que os mesmos compreendam a singularidade de cada criança e aprendam a conviver, respeitar e especialmente oferecer a mesma qualidade de ensino a todos, com as mesmas condições de desenvolvimento. (MELO LIRA e FACION 2008, p.65).

De acordo com Lopez (2011, p. 16), Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Esta tomada de consciência pode tornar a escola um espaço em que os processos de ensino e aprendizagem está disponível e ao alcance de todos e em que diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo.

Diante dessa perspectiva, a inclusão da criança com autismo em sala de aula deve existir de forma consciente, o conjunto escolar tem que possuir um suporte pedagógico sólido para incluir o aluno no contexto educacional de forma que todos os envolvidos assimilem a situação e conhecimento das metodologias a serem trabalhadas visando à superação de limitações da criança com autismo. É necessário ressaltar que por mais importante que seja inserir a criança com deficiência na sala de aula regular, é preciso criar meios para que ela permaneça na escola, sem que tenha prejuízos em seu desenvolvimento. Nesse sentido, os princípios da escola inclusiva devem garantir conforme Carvalho (2007, p.81 apud Balbino, 2010, p.41):

O direito à educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um "modo igual" de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação. (CARVALHO 2007, p.81 apud BALBINO, 2010, p.41).

Falar sobre a inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular nem sempre é fácil, por vezes gera polêmica e amplas discursões devido à complexidade das características apresentadas quando as mesmas são inseridas no ambiente escolar. A criança com autismo, diante de convívio com outras crianças pode apresentar comportamentos agressivos com os professores e colegas, podendo ocasionar conflitos. Entretanto o professor quando recebe uma criança com autismo em sua sala de aula, sente-se desafiado ao iniciar o processo de inclusão, já que a criança apresenta grande dificuldade em interagir e se comunicar.

Acerca disso, Felício (2007, p. 25), É importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida. Quando falamos em incluir alunos com autismo no ensino regular, automaticamente pensamos nas dificuldades de socialização do mesmo com o meio, é com base nessa problemática que é gerada a discussão sobre esse tema.

Essa inclusão exige uma boa estrutura pedagógica, além de profissionais capacitados para atender a possíveis disparidades decorrentes do comportamento apresentado por essas crianças. A inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular prevista em lei assegura ao aluno o direito do acesso ao ensino, ficando à escolha dos pais matricularem ou não os filhos em escolas regulares. Para que a instituição de ensino promova inicialmente o desenvolvimento e, posteriormente, a aprendizagem é necessária que ela disponha de uma prática pedagógica coletiva na qual seja esclarecida a importância do envolvimento familiar com a escola, além de mudanças de caráter estrutural e metodológico, privilegiando um currículo que se adeque também às necessidades da criança com autismo.

Para Paulon; Freitas; Pinho (2005, p. 25-26), As escolas, de modo geral, tem conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação. No entanto, existem questões que precisam ser alteradas em função da inclusão, como por exemplo, a forma pejorativa que colegas e funcionários utilizam ao se referirem criança com autis-

mo, devido à falta de esclarecimento.

Com as mudanças sociais que vêm ocorrendo na sociedade, novas atribuições recaem sob a responsabilidade do professor, e este tem que estar preparado para lidar com as situações mais desafiadoras no dia a dia, incluindo a educação de crianças com autismo.

Quando nos referimos ao papel do professor neste artigo, pressupomos que se faz necessário uma intervenção mediatizada por parte deste, nesse sentido, o professor deixa de ser apenas um transmissor de conhecimentos para ser um orientador, que estimula o desenvolvimento e a aprendizagem a com base em interações construídas no envolvimento de toda a turma. Podemos dizer que a mediação "é processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento" (OLIVEIRA, 1997, p.26).

A inclusão está diretamente relacionada com o processo de ensinoaprendizagem, não basta só incluir, a escola deve ofertar um ensino de qualidade e para isso o professor deve desenvolver metodologias diversificadas e flexíveis. Para que se possa obter uma resposta positiva ao seu trabalho, essa desenvoltura terá que existir independente da heterogeneidade encontrada em sala de aula.

Lopez (2011) atribui o papel do professor como o mediador, ela o define como aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação concebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios seja aplicada às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo desenvolvimento.

Com relação a sua participação na inclusão da criança com autismo em escolas de ensino regular, o professor tem um papel determinante, já que é ele quem recepciona e estabelece o primeiro contato com a criança, seja positivo ou negativo, dessa forma ele é um grande responsável por efetivar ou não o processo de inclusão, considerando que é seu dever criar possibilidades de desenvolvimento para todos, adequando sua metodologia as necessidades diversificadas de cada aluno.

De acordo com Mousinho, et. al. (2010) as crianças que apresentam dificuldades de comportamento e socialização, são geralmente vistas como excêntricas e bizarras por seus colegas, tornando difícil e complexo o papel do professor diante do desafio de ensinar e incluir simultaneamente. As crianças com autismo têm dificuldade de entender sobre as relações humanas e as regras e convenções sociais. Podem ser ingênuas e não compartilham do senso comum. Sua rigidez gera dificuldade em gerir a mudança e as tornam mais vulneráveis e ansiosas. Muitas vezes não gostam de contato físico. Se a situação for mal manejada, podem acabar exploradas e ridicularizadas por outras crianças.

No entanto, elas querem ser parte do mundo social e ter amigos, mas não sabem como fazer para se aproximar. O papel do professor nessa perspectiva é tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as necessidades destes.

Em muitas situações, as crianças com autismo ficam às margens do conhecimento ou não participam das atividades grupais, fato que exige do professor sensibilidade para incluí-lo ao convívio com o meio, visto que é no processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem. É importante que o professor detecte as dificuldades existentes e investigue o nível de desenvolvimento dos mesmos, para que dessa forma ele saiba quais aspectos devem ser trabalhados com a criança. Segundo Santos (2008, p.30):

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PEP-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas. (SANTOS 2008, p.30).

É indispensável que o professor conheça todas as características e dificuldades que abrangem esse transtorno, só assim ele será capaz de planejar suas ações de modo que no vivenciar das experiências a criança não seja vítima de atos discriminatórios. Sobre isso Orrú (2003, p.1) diz,

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...]. (ORRÚ 2003, p.1)

Entendemos que para um bom resultado nesse processo, o professor deve ter propriedade nas práticas aplicadas e conhecimento pleno do que é o autismo. É muito importante que ele tenha sensibilidade e serenidade para promover em sala de aula a consciência de atos inclusivos, buscando contribuir, dessa forma, no desenvolvimento e aprendizagem. Temos observado na realidade educacional, que a formação de professores não oferece uma base sólida nos

aspectos teóricos e práticos, de modo, que poucos professores possuem uma formação básica centrada nos aspectos inclusivos ou específica para o autismo, isso implica na falta de compreensão acerca das necessidades diferenciadas e conhecimentos necessários para ensinar a criança com autismo.

Além de estudar e analisar o desenvolvimento da criança com autismo, o professor tem a incumbência de tornar a sala de aula um ambiente inclusivo, possibilitando às crianças o conhecimento das diferenças e o incentivo para que elas desenvolvam a solidariedade. O professor deve desenvolver na criança a autoconfiança e a independência, já que são características ausentes em sua personalidade.

Para o professor também recai a responsabilidade de desenvolver atividades de acordo com o grau de conhecimento da criança, para que ela possa desempenhar as atividades de forma correta, possibilitando o surgimento de novas aprendizagens e o avanço no desenvolvimento de atividades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que cada criança tem um ritmo de aprendizagem, e mesmo apresentando dificuldades na aprendizagem são capazes de aprender. Fica evidente a importância dos estímulos tanto no ambiente escolar como em casa com a família. A competência dos profissionais especializados e o acompanhamento das terapias servem como apoio e orientação para a escola e a família.

A convivência do aluno com deficiência em escola regular representa um ganho para todos, porém é torna-se essencial que professores se apropriem de fundamentação teórica sólida para posterior transposição para prática pedagógica, pela interação teoria e prática para atender a necessidade de seus alunos. A possibilidade de aprender a ler e escrever representa uma conquista, e inserção social, A utilização de recursos extras que facilitam a compreensão desses alunos, são ferramentas importantíssimas que auxiliam, sendo fundamental aos atores envolvidos no processo: professores, a família, e terapeutas trocarem informações, buscando a melhor forma para promover a aprendizagem do aluno.

É importante tornar acessível à entrada e permanência de crianças com autismo em escolas de ensino regular, no entanto, não é uma tarefa fácil tornar uma escola inclusiva, é necessário que governo, escola e família trabalhem juntos em prol da oferta de educação de qualidade, com as devidas condições e possibilidades para o desenvolvimento e aprendizagem. Não podemos falar sobre inclusão sem fazer referência ao processo de ensino – aprendizagem, já que a inclusão tem o intuito de prover as mesmas condições a todos os alunos, visando o desenvolvimento e aprendizagem dos mesmos.

O papel do professor como mediador da inclusão, ou seja, ele cria situações que oportunizam esse processo, se aproximando e gerenciando conflitos de modo que se faça compreender que as diferenças são características de todos os alunos, independentemente de ser deficiente ou não. Compreendemos também, que a falta de uma formação sólida voltada para os aspectos inclusivos, reflete negativamente na prática docente do professor, já que ele precisa, de forma contínua, estar em contato com novas informações no que se refere a sua atuação profissional.

Notamos ainda, que apesar das dificuldades existentes, o processo de inclusão é sim possível, desde que haja comprometimento e envolvimento por parte do professor, uma boa formação pedagógica, além de apoio escolar e familiar.

REFERÊNCIAS

ARAUJO C.A. O processo de individualização no autismo. Ed. Cientificas São Paulo 2000.

BRASIL. (2008). Secretaria de Educação. Fundamentais P a - râmetros

Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, vl 10. Brasília.

CAVALCANTE, Meire. Inclusão: A sociedade em busca de mais tolerância. Nova Escola, São Paulo, n. 196, p. 164, out 2006.

FELICIO, V. C. O autismo e o professor: um saber que pode ajudar. Bauru, 2007. FERREIRO, E. & TEBEROSKY, Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre, Artmed, 1999.

JUHLIN, VERA. O desenvolvimento da leitura e escrita de crianças com necessidade especial. São José dos Campos. UNIVAP, 2002. Editora Shemá Produções – l junho/ 2002. –

LOPEZ, J. C. A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicos. 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MELLO, A. M. S. Rosde. Autismo: Guia Prático. Ed. 3ª. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE; 2004.

MELLO, ANA. M.R. Autismo: Guia Pratico 8º ed. Corde. São Paulo 2007.

MELO S. C. de LIRA, S. M. de; FACION, J. R.; Políticas inclusivas possíveis implicações no ambiente escolar. In: FACION, J. R (Org.).